

FHC negocia com Congresso a venda da Vale

Governo propõe a cobrança de royalties do novo controlador da empresa, nos casos de descobertas de lavras

por César Felício
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu na noite de terça-feira aos líderes dos partidos governistas no Senado que está disposto a fazer concessões ao Legislativo para eliminar as restrições à privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

"Ele disse que já é uma decisão fechada dentro do governo estabelecer a obrigatoriedade de pagamento de royalties para a União por parte do novo controlador da empresa, nos casos de novas des-

cobertas nas concessões para lavra em poder da Vale", disse o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA).

A porcentagem ou a forma de cobrança desses royalties não foi discutida na reunião. "Isso vai ser negociado entre o governo e o Senado, como parte do acordo, para garantir que o Legislativo não tome nenhuma reação em relação à venda da empresa", afirmou outro participante da reunião.

A proposta do governo tomará forma no dia 3 de dezembro, quando, por determinação de Fernando Henrique, o presiden-

te do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, irá ao Senado mais uma vez para expor o formato da venda da empresa.

Na Casa, a privatização conta com a resistência esperada dos onze senadores da oposição, com a frontal rejeição do senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, e com influência sobre as bancadas do PMDB e do PFL, além das restrições dos senadores oriundos dos nove estados onde a empresa atua.

Exatamente em razão desse processo de negociação é que

não se acredita no cumprimento do cronograma original da venda da empresa, cujo leilão está previsto para o fim do primeiro semestre do próximo ano. "Enquanto a reeleição não estiver decidida, o governo deverá segurar o cronograma", afirma um dos participantes da reunião.

No Senado, tramitam três propostas para bloquear a venda da Vale ou pelo menos criar constrangimentos para o governo. A que está em estágio mais avançado é a do líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), permitindo que o Legislativo

suste qualquer privatização em curso. Essa proposta teve parecer favorável do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e deverá ser votada na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Outra proposta é da senadora Júnia Marise (PDT-MG), que simplesmente proíbe a privatização da CVRD. O terceiro projeto, mais moderado, é da senadora Regina Assumpção (PTB-MG), que estabelece que os recursos da venda deverão ser alocados em fundo de desenvolvimento para ser usado em projetos de infra-estrutura

nos estados em que a Vale atua.

A intenção do governo, jamais escondida, é beneficiar no próximo ano com investimentos esses estados, mas reservando os recursos obtidos com a privatização para o abate da dívida pública.

Na próxima terça-feira, a bancada do PMDB, com 23 integrantes, reúne-se para tomar uma posição comum em relação aos três projetos. Dada a influência que Sarney exerce dentro da bancada, é difícil imaginar que o resultado dessa reunião possa ser positivo para o governo.